



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000421526

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2105811-41.2025.8.26.0000, da Comarca de Franca, em que é agravante VILMA APARECIDA LIMA, é agravado JOSÉ MOACIR PEREIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores NETO BARBOSA FERREIRA (Presidente) E SILVIA ROCHA.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

MÁRIO DACCACHE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento nº 2105811-41.2025.8.26.0000

Processo originário nº 1003597-80.2025.8.26.0196

Agravante: Vilma Aparecida Lima

Agravado: José Moacir Pereira

Comarca: Franca

Juiz (a): Humberto Rocha

Voto nº 11997

Gratuidade judiciária – Ação de despejo com cobrança - Indeferimento do benefício pelo juízo singular – Agravo da autora – Alegação de insuficiência de recursos que, em relação à pessoa natural, goza de presunção, ainda que relativa, de veracidade – Art. 99, §3º, do Código de Processo Civil – Prova documental que, no caso, conforta tal presunção – Inexigibilidade de estado de miserabilidade, mas apenas da comprovação de que a imposição do ônus, no caso concreto, traz efetivo prejuízo ao exercício do direito de ação, o que ficou bem caracterizado nos autos – Agravante aposentada, que percebe menos de três salários mínimos mensais – Decisão agravada reformada – Benefício concedido – Agravo provido.

Agravo de instrumento manifestado pela autora contra decisão que indeferiu seu pedido de gratuidade judiciária em ação de despejo com cobrança.

Nas razões do recurso, insiste na pretensão e afirma que os documentos juntados são suficientes para comprovar a alegação de hipossuficiência financeira. Afirma ser aposentada e que recebe um salário irrisório. Requer a concessão de efeito suspensivo.

É o relatório.

2. O recurso tem provimento.

Há, em benefício da pessoa física, uma presunção – ainda que relativa – de veracidade da alegada insuficiência de recursos, nos termos do art. 99, §3º, do Código de Processo Civil. Por se tratar de presunção relativa, o juiz pode indeferir o benefício à luz de documentos juntados no processo que eventualmente infirmem a alegada hipossuficiência.

No caso concreto, contudo, a prova documental apresentada não permite concluir que a agravante seja capaz de pagar as custas processuais sem prejuízo de seu sustento. Pelo contrário, os documentos confortam a presunção de veracidade da insuficiência alegada.

O extrato bancário apresentado indica proventos inferiores a três salários-mínimos mensais (p. 26 do processo de origem), parâmetro utilizado pela Defensoria Pública para atendimento da população carente. Tal valor não é superado nem tampouco se considerados os valores percebidos pela agravante em decorrência do aluguel de sua casa.

Vale, ainda, mencionar que para litigar com gratuidade judiciária não se exige estado de miserabilidade, mas tão somente a comprovação de que a imposição do ônus pode trazer prejuízo ao direito de ação.

Nesse sentido, é o entendimento desta Câmara:

**Agravo de Instrumento. Justiça Gratuita.
Decisão recorrida denegou ao agravante, a**

benesse da gratuidade. Por força do que dispõe a legislação processual vigente, o juiz só pode indeferir o pedido de gratuidade de justiça, se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da benesse. Inteligência do artigo 99, §2º, NCPC. No caso sub judice, há nos autos prova de que o autor, ora agravante, não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família. Com efeito, ainda que a situação do agravante não possa ser considerada como de miserabilidade, dúvida não há de que não está em condição econômica que lhe permita pagar despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Demais disso, a mera constituição de advogado não permite, por si só, inferir que a parte não faça jus à gratuidade judiciária, ex vi do que dispõe o art. 99, § 4º, do NCPC. Por fim, por força do que dispõe o art. 99, § 3º, do CPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência, deduzida exclusivamente por pessoa natural. Recurso provido. (Agravado de Instrumento nº 2259896-87.2022.8.26.0000; Rel. Neto Barbosa Ferreira; 29ª Câmara de Direito Privado; j. 31/03/2023).

Por outro lado, ainda que o valor da causa não seja elevado (R\$ 3800,43), a concreta condição financeira da agravante

indica que o ônus do pagamento de custas iniciais e despesas processuais e eventual preparo de recurso compromete o seu sustento, ensejando, em via de consequência, inadmissível restrição de acesso à justiça.

3. Do exposto, **proponho o provimento do agravo de instrumento**, a fim de conceder à agravante a gratuidade judiciária.

MÁRIO DACCACHE
Relator